



ESTADO DE PERNAMBUCO
 TRIBUNAL DE CONTAS
 RESOLUÇÃO TC 36/2016 – ANEXO VIII, ITEM 23
 ANEXO XIX - RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA TERESA SILVA DE MOURA
 Acesse em: <https://etcc.tcepe.br/epp/validaDoc.seam>
 Código do documento: 1020821a-a84b-4a8a-94c3-28ee69a5381b

PROGRAMA AÇÕES SUBAÇÃO (A)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (B)	DESPESA LIQUIDADADA (C)	% DE DESPESAS LIQUIDADADAS / DESPESA AUTORIZADA (D)	PRODUTO (E)	META FÍSICA PREVISTA (F)	META FÍSICA REALIZADA (G)	COMENTÁRIOS (H)	INDICADOR DO PROGRAMA (I)
1. Programa 0256 – Controle externo da administração pública estadual e municipal	199.029.000,00	198.219.249,31	99,6%	11.969 processos julgados				
						R\$ 147.940.402,92	O indicador "Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo" calcula a soma dos valores das multas aplicadas, dos débitos imputados e dos benefícios obtidos, nas esferas estadual e municipal. Para efeito deste indicador, considera-se benefício a economia potencial provocada pela atuação preventiva do Tribunal, sobretudo, na análise de procedimentos licitatórios que acarretam redução no preço máximo das aquisições de bens e serviços. Em 2016, os valores das multas aplicadas e dos débitos imputados foram de R\$ 2.672.803,63 e R\$ 43.451.627,09, respectivamente. Já a economia potencial gerada pela atuação preventiva foi de R\$ 101.815.972,2.	2.3 - Benefícios financeiros das ações de controle externo
					60%	44%	Este indicador calcula o percentual processos julgados dentro do prazo definido como tempestivo, considerando que cada modalidade processual tem um prazo máximo para julgamento. Estes prazos foram definidos pelo Conselho, que seguiu, na maioria dos casos, as orientações contidas no MMD - TC (Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas). Em 2016, ele atingiu o percentual de 44%, ficando aquém da meta prevista de 60%, alcançando um desempenho de 73%. Analisando a medição deste indicador ao longo do Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, 2016 foi o que apresentou o pior resultado, com uma queda de 24, 15 e 10 pontos percentuais em relação a 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Uma das principais causas desta redução foi a tempestividade dos processos de APR (Aposentadorias, Pensões e Reformas), que em 2015 alcançou o patamar de 75%, caindo para 45% em 2016. Vários fatores contribuíram para a obtenção deste resultado: - A redução do prazo, considerado tempestivo, da modalidade APR de 180 dias para 120 dias, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo MMD-TC. - A decisão do NAP (Núcleo de Atos de Pessoal), no 2º semestre de 2015, de priorizar outras ações em detrimento da instrução dos processos de APR, uma vez que o estoque desta modalidade estava baixo.	5.1 - Índice de processos julgados temporariamente
					198 dias	199 dias	Este indicador calcula a média dos dias de permanência dos processos já julgados pelo TCE-PE, desde a data de entrada na Instituição até a data da sua publicação e tem polaridade negativa, ou seja, quanto menor for a sua medição, melhor o desempenho. Em 2016, ele atingiu o valor de 199 dias, praticamente atingindo a meta prevista de 198 dias, alcançando um desempenho de 99,49%. Analisando a medição deste indicador ao longo do Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, observa-se uma melhora significativa nestes 4 anos. Até 2016, houve uma grande redução na média do tempo utilizado para o julgamento dos processos. Em relação a 2015, 2014 e 2013, esta redução foi de respectivamente, 49, 104 e 162 dias. Com certeza, um dos motivos para este avanço foi a implantação do processo eletrônico para a modalidade de APR (Aposentadoria, Pensões e Reformas), que apesar de não alcançar a sua meta para a tempestividade, vem melhorando	5.3 - Tempo médio dos processos julgados



						sistematicamente o seu tempo médio de julgamento. Com relação ao tempo médio dos processos nas fases, a fase de julgamento consumiu 51 dias em média. Já a fase de instrução necessitou de mais tempo (144 dias em média).		
					35%	37%	Este indicador calcula o percentual de processos, no estoque do TCE-PE, com tempo superior ao prazo considerado tempestivo. Ele tem polaridade negativa, ou seja, quanto menor for a sua medição, melhor o desempenho. Em 2016, atingiu o percentual de 37%, ficando aquém da meta prevista de 35%, alcançando um desempenho de 94%. Neste exercício, os piores resultados foram obtidos nos meses de fevereiro (45,52%), junho (47,77%) e julho (45,74%). Analisando os resultados ao longo do Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, constatou-se que os percentuais atingidos foram melhorando progressivamente até dezembro de 2015, havendo uma piora significativa no ano seguinte. A queda no desempenho deste indicador está atrelada, principalmente, ao aumento do estoque de processos de APR (Aposentadorias, Pensões e Reformas) fora do prazo considerado tempestivo para julgamento. Em termos comparativos, no final de 2015, havia no estoque do Tribunal 588 processos desta modalidade fora do prazo, enquanto que em 2016 este número aumentou para 720 processos.	5.2 - Índice de processos acima do prazo de julgamento
					229 dias	295 dias	Este indicador calcula a média dos dias de permanência dos processos em estoque no TCE-PE e tem polaridade negativa, ou seja, quanto menor for a sua medição, melhor o desempenho. Em 2016, ele atingiu a quantidade de 295 dias, ficando aquém da meta prevista de 229 dias, alcançando um desempenho de 71%. As Prestações de Contas de Governo e de Gestão foram as modalidades processuais que mais interferiram negativamente na medição deste indicador. Com relação ao tempo médio dos processos nas fases, a Fase de Instrução consumiu 155 dias em média. Já a Fase de Julgamento necessitou de mais tempo (405 dias em média). Analisando os resultados ao longo do Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, constatou-se que os percentuais atingidos foram melhorando progressivamente até dezembro de 2015, havendo uma pequena piora no ano seguinte. Comparando a idade média de 2016 com as dos anos anteriores, houve um acréscimo 10 dias em relação a 2015 e uma redução de 107 e 114 dias em relação a 2014 e a 2013, respectivamente.	5.4 - Idade média dos processos em estoque
					11.524 processos	11.969 processos (1.521 processos de APR + 10.448 dos demais processos)	O indicador 5.3.5 mede o número de processos julgados (exceto os processos de APR - Aposentadorias, Pensões e Reformas). Em 2016, ele atingiu o patamar de 1.521 processos, ficando aquém da meta prevista de 2.020, alcançando um desempenho de 75%. As modalidades processuais que superaram as metas foram: Admissão de Pessoal, Tomada de Contas Especial, Pedido de Rescisão e Medida Cautelar. Por outro lado, algumas modalidades ficaram aquém das metas estabelecidas. As que provocaram os piores impactos, pela quantidade de processos que deixaram de ser julgados, foram as seguintes: Recurso (menos 253 processos julgados), PC Governo (menos 102 processos julgados) e PC Gestão (menos 77 processos julgados). Analisando a medição deste indicador ao longo do Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, 2016 foi o ano que apresentou o pior resultado. Em relação a 2015, 2014 e 2013, ocorreram reduções na ordem de 717, 431 e 1.235 processos, respectivamente. Vale ressaltar que os anos com as menores quantidades de processos julgados foram aqueles onde ocorreram eleições municipais e estaduais. Alguns fatos e procedimentos contribuíram para a obtenção destes resultados: a) Menos processos colocados em pauta para julgamento; b) Grande quantidade de Pedidos de Vista; c) Defesas mais detalhadas, que demandaram mais tempo para análise; d) Prorrogações dos prazos de defesa; e) Interface do sistema " Processo Eletrônico" pouco amigável; f) Ajustes no módulo de Instrução do sistema "Processo Eletrônico"; g) Curva de aprendizagem do sistema "Processo Eletrônico". O indicador 5.3.6 mede o número de processos julgados de APR (Aposentadorias, Pensões e Reformas). Em 2016, ele atingiu a quantia de 10.448 processos, superando a meta prevista de 9.504, alcançando um desempenho de 109%. Ao longo de 2016, o indicador foi melhorando progressivamente, ficando cada vez mais próximo da meta estabelecida para o período. A partir de setembro, a meta mensal começou a ser superada, situação que foi mantida até o final do exercício. Analisando o desempenho deste indicador ao longo do Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, percebe-se algumas oscilações na sua medição, sendo o exercício de 2016 o que apresentou o melhor resultado, com acréscimos de 1.090, 183 e 500 processos em relação a 2015, 2014 e 2013, respectivamente.	5.3.5 - Número de processos julgados (APR) e 5.3.6 - Número de processos julgados (APR)



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA TERESA SILVA DE MOURA
 Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.aspx?CodigoDoc=documento:0270821a-a84b-4a8a-94c3-9e69e695381b>

							Podemos atribuir este progresso à consolidação do sistema de Processo Eletrônico de APR, que no momento da sua implantação provocou uma queda nos números (em 2015), seguido por uma avanço após o amadurecimento do E-CAP (Módulo coletor das aposentadorias eletrônicas). Este melhor resultado do ciclo em 2016, contrasta com os números do indicador de Número de Processos Julgados (exceto APR), que obteve no mesmo período a sua pior medição do ciclo.	
1.1	1111 – Controle externo da aplicação dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco	198.099.000,00	197.804.735,41	99,85%				
1.2	2741 - Comunicação institucional do Tribunal de contas	930.000,00	414.513,90	44,57%				
2. Programa 0991 - apoio gerencial e tecnológico às ações do tribunal de contas		18.061.000,00	12.295.397,86	68,08%				
							<p>Aferida através da Pesquisa Institucional, realizada anualmente, esta taxa atingiu o patamar de 84% de satisfação com a infraestrutura. Desta forma, a medição deste indicador ultrapassou a meta prevista de 83%, alcançando um desempenho de 101%.</p> <p>Em 2016, a medição desta Taxa alcançou o melhor resultado dentro do ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, com acréscimos de 1, 3 e 6 pontos percentuais em relação a 2015, 2014 e a 2013, respectivamente. Os fatores que mais contribuíram para aumentar este percentual foram: a satisfação com as instalações dos locais de trabalho do Tribunal (91% de respostas positivas) e com as condições adequadas de limpeza (83% de respostas positivas). Já a satisfação com a temperatura do ambiente de trabalho obteve um percentual menor de respostas positivas (78%).</p> <p>Um ponto importante a ser destacado é que houve um acréscimo significativo no número de servidores que responderam à Pesquisa Institucional: enquanto nos anos de 2014 e 2015, 295 e 401 responderam à pesquisa, este número subiu para 431 servidores em 2016, o que representa 50,11% do total de servidores do TCE.</p>	10.1 - Taxa de satisfação com a infraestrutura
							<p>Aferido através da Pesquisa Institucional, realizada anualmente, este indicador atingiu 82% de satisfação, ultrapassando a meta prevista de 76%, alcançando um desempenho de 108%.</p> <p>Em 2016, essa Taxa alcançou o melhor resultado dentro do ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, com acréscimos de 1, 2 e 8 pontos percentuais em relação a 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Os fatores que mais contribuíram para aumentar esta Taxa foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Satisfação com a infraestrutura; b) Percepção da valorização da meritocracia no TCE;; c) Satisfação dos usuários com os serviços de TI; d) Motivação dos servidores; e) Satisfação com a liderança. <p>Por outro lado, influenciaram negativamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Percepção de boas práticas relacionadas à gestão do conhecimento; b) Satisfação com a comunicação interna; c) Satisfação com as ações de capacitação; d) Satisfação com as ações do programa TCEndo Saúde. 	11.3 - Taxa de satisfação dos servidores

					84,0%	84,0%		7.4 - Taxa de satisfação dos servidores com a infraestrutura de TI
					73,0%	80,0%		9.3 - Taxa geral de satisfação dos servidores
					-	63%	Medido através do questionário do IGovTI2016, baseado na metodologia proposta pelo TCU, este indicador atingiu o patamar de 63% do nível ideal de governança de Tecnologia da Informação. Em 2016, a metodologia de aferição deste indicador sofreu algumas alterações, o que resultou em mudanças em seu DNA, nas suas metas e medições. As ações e projetos de TI no período não contribuíram de maneira substancial para incrementar o grau de Governança de TI, sendo que o percentual medido aumentou apenas em decorrência da atualização da metodologia e da consequente reavaliação. Com a finalidade de melhorar a medição deste indicador, estão prevista as seguintes ações para 2017: a) Evoluir os serviços de TI para adoção de conceitos da biblioteca ITIL; b) Elaborar o plano de continuidade dos serviços de T; c) Implantar o processo de tratamento de incidentes de segurança da informação.	13.5.1 - Índice de governança de tecnologia da informação
					85%	88%	Aferido através da pesquisa Institucional, realizada anualmente, este indicador, atingiu 88% de satisfação, ultrapassando a meta prevista de 85%, alcançando um desempenho de 104%. Apesar deste indicador ter superado a meta prevista, comparando a medição de 2016 com a dos anos anteriores, percebe-se que houve uma diminuição de 1 ponto percentual em relação a 2015 e 2014, mantendo-se igual em relação a 2013. O fator que contribuiu de forma mais positiva para o alcance do patamar de 88% foi a ótima percepção dos servidores do TCE sobre o atendimento dos chamados de Tecnologia da Informação - TI, no que se refere à cordialidade, rapidez, solução do problema e comunicação com o usuário (95% de respostas positivas). Por outro lado, dois fatores influenciaram na queda da medição desta Taxa: a) A percepção sobre a adequação dos serviços de rede de informática (Internet, correio eletrônico, rede sem fio, etc), com 85% de respostas positivas; b) Percepção sobre os sistemas de informática disponibilizados (SIGA, PETCE, SACA, ASI, etc), com 84% de respostas positivas.	13.5.2 - Taxa de satisfação dos usuários com serviços de Tecnologia da Informação
					85,71%	92%	Este indicador mede o grau de automação do controle externo, através do percentual de peças produzidas utilizando os sistemas de TI. A sua medição é semestral e os dados são extraídos de diversos sistemas informatizados do Tribunal. Em 2016, a automação do processo de controle externo atingiu o índice de 92%, superando a meta estipulada (86%) e obtendo um desempenho de 107%. Ao longo de 2016 houve uma melhora expressiva na medição deste indicador que passou de 86% no primeiro semestre para 92% no semestre seguinte. Este incremento ocorreu devido, principalmente, às Taxas de Automação das Áreas de Julgamento e de Publicação, que alcançaram o percentual de 88%, cada uma, o que representa um acréscimo de 4 e de 6 pontos percentuais, respectivamente, em relação a junho de 2016. Pode-se considerar que este avanço foi fortemente influenciado pelo julgamento e pela publicação dos processos eletrônicos de aposentadoria, que ocorreram em maior número no segundo semestre.	9.1 Índice de automação dos processos de controle externo



Documento Assinado Eletronicamente por: MARIA CRISIA SILVA DE MOURA
 Acesso em: 11/06/2016 às 14:48:09
 Código do documento: 0270a211-110b-4a8a-94c3-28ee6945381b



						<p>Este indicador calcula a quantidade de servidores de órgãos jurisdicionados capacitados pela ECPBG (Escola de Contas Pública Professor Barreto Guimarães) em cursos presenciais e à distância, sendo o servidor contabilizado tantas vezes quantas forem as suas participações em capacitações. Em 2016, a aferição deste indicador demonstrou que 2.553 servidores foram capacitados, ultrapassando a meta prevista de 2.400 servidores, alcançando um desempenho de 106%. Pelo menos uma ação contribuiu de forma mais direta para o bom desempenho deste indicador que foi a divulgação das capacitações de forma mais ampla e com boa antecedência.</p> <p>Analisando o desempenho deste indicador no Ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, comparando os resultados de 2016 com 2015 e 2014, houve uma redução de 2.195 e 2.693 servidores capacitados, respectivamente. Em 2014, apesar do número de capacitações ter sido influenciado negativamente, em razão do Carnaval no mês de março, da copa do mundo, das eleições e do cancelamento de turmas deficitárias, a média de alunos por turma aumentou significativamente, implicando em um desempenho bastante superior à meta estabelecida. Além deste motivo, houve também um grande número de capacitações EaD relacionadas ao sistema de Processo Eletrônico (e-TCEPE). Já em 2016, a crise financeira e política causou uma redução na demanda dos jurisdicionados por cursos, o que contribuiu para reduzir os números.</p>	1.2 Número de servidores jurisdicionados	
					2.400 servidores	2.553 servidores		
					95%	93%	<p>Este indicador mede o percentual de servidores do Tribunal (alocados no TCE) que participaram de capacitações. Em 2016, este indicador atingiu o valor de 93%, ficando aquém da meta prevista de 95%, obtendo um desempenho de 98,27%.</p> <p>Apesar de não ter alcançado a meta, este percentual foi o mais alto ao longo do ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, com acréscimos de 1, 6 e 2 pontos percentuais em relação a 2015, 2014 e a 2013, respectivamente. Estão contribuindo para a evolução deste indicador, provavelmente, a execução do Projeto Merecer (iniciado em 2013) e a implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento e Desempenho, em 2016.</p>	11.11.3 Taxa de abrangência das ações de capacitação
					70%	72%	<p>Aferido através da Pesquisa Institucional, realizada anualmente, este indicador atingiu 72% de satisfação, ultrapassando a meta prevista de 70%, alcançando um desempenho de 104%.</p> <p>Em 2016, a medição deste indicador alcançou o melhor resultado dentro do ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, com acréscimos de 7, 18 e 22 pontos percentuais em relação a 2015, 2014 e 2013, respectivamente. O fator que mais contribuiu para aumentar este percentual foi a percepção dos servidores de que as capacitações oferecidas pelo TCE atendem às suas necessidades (75% de respostas positivas).</p> <p>Além deste fator, a sensação de sentir-se estimulado a participar das capacitações também obteve um bom percentual de respostas positivas (69% de respostas positivas), acima da medição deste indicador em anos anteriores.</p>	11.11.1 Taxa de satisfação com as ações de capacitação
					85%	88%	<p>Aferido através da Pesquisa Institucional, realizada anualmente, em 2016, a medição deste indicador foi a mesma de 2014 (88%), sendo estes os melhores resultados alcançados dentro do ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018. Houve um acréscimo de 2 e de 8 pontos percentuais em relação a 2015 e a 2013, respectivamente.</p> <p>O fator que mais contribuiu para aumentar este percentual foi a sensação do servidor de gostar do trabalho que realiza no TCE (94% das respostas positivas). Também o sentimento de realização profissional obteve um ótimo percentual de respostas positivas (84%), ainda que um pouco mais baixo do que o outro fator.</p>	11.8.1 Taxa de motivação dos servidores

Documento Assinado Digitalmente por MARIA TERESA SILVA DE MOURA
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/guia/validarDoc.seam?CodigoDocumento:0270a21a-a84f-9a81-94c3-28ee69a5381b>



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA TERESA SILVA DE MOURA
 Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do Documento: 0270821a-a84b-4a8a-94c3-28ee69a533b5

					85%	86%	<p>Aferido através da Pesquisa Institucional, realizada anualmente, o resultado deste indicador está alinhado com a percepção dos servidores sobre a atuação das lideranças, mais especificamente com relação à comunicação, liberdade de expressão, valorização do servidor, planejamento e monitoramento das metas e resultados, entre outros.</p> <p>Em 2016, este indicador atingiu 86% de satisfação, ultrapassando a meta prevista de 85%, alcançando um desempenho de 101%. Este foi o melhor resultado alcançado dentro do ciclo de Planejamento Estratégico 2013-2018, com acréscimos de 3, 3 e 11 pontos percentuais em relação a 2015, 2014 e a 2013, respectivamente. Os fatores que mais contribuíram para aumentar este percentual foram percepções sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Comunicação com a chefia imediata; b) Liberdade para opinar e expressar idéias; c) Reconhecimento do trabalho realizado refletido na Avaliação de Desempenho; d) Orientações da chefia imediata para o alcance dos resultados desejados; e) Informações claras e objetivas sobre as metas e as prioridades do trabalho. <p>Por outro lado, alguns fatores influenciaram de forma negativa o avanço da medição deste indicador, obtendo percentual de respostas positivas inferior a medição do indicador em 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Comunicação de decisões da alta cúpula sobre fatos que afetam o trabalho; b) Gerenciamento das metas da unidade de trabalho. 	11.10.1 Taxa de Satisfação
					95%	90%	<p>O PDI - Plano de Desenvolvimento Individual registra as necessidades de desenvolvimento do servidor, tendo por base a avaliação de desempenho realizada e as atividades a serem executadas no exercício seguinte.</p> <p>Em 2016, 90% dos servidores do TCE cumpriram o seu PDI, ficando este percentual aquém da meta estipulada (95%), com um desempenho um pouco abaixo do esperado (95%).</p> <p>Desta forma, a medição deste indicador diminuiu um ponto percentual em relação aos anos de 2015 e 2013, sendo superior apenas ao ano de 2014.</p> <p>Apesar das Oficinas de Elaboração do PDI, realizadas no início do ano, e a implantação do PDDE - Plano de Desenvolvimento e Desempenho Estratégico, a meta anual de 95% não foi alcançada. É provável que as causas da queda na medição deste indicador tenham sido as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Maior rigor na definição dos cursos que são computados para o PDI; b) Grande número de servidores que estão na última faixa do Plano de Cargos e que, por esta razão, não serão mais promovidos. Desta forma, o descumprimento do PDI não provoca consequências na sua carreira nem nos seus vencimentos. 	11.2 Taxa de Cumprimento do Plano de Desenvolvimento Individual - TCE-PE
					-	R\$ 1.488,24	<p>Este indicador calcula o valor médio gasto pelo TCE com cursos, seminários, congressos e capacitações em geral por servidor. Estão incluídos nestes recursos: passagens aéreas, diárias/PQR, cursos realizados na ECPBG e cursos externos. Em 2016, a medição obtida foi de R\$ 1.488,24, média bem próxima do valor alcançado em 2015, com uma pequena redução de 50 reais. Já em relação ao exercício de 2014, o acréscimo foi de aproximadamente 440 reais.</p> <p>Analisando os números, pode-se dizer que o alto desempenho deste índice reflete o investimento da gestão em capacitações <i>in company</i>, em especial os cursos de Temas Polêmicos de Licitações, Engenharia Econômica I e II, Análise de Rede de Mídias Sociais, Gestão de Manutenção e o Seminário Gerencial.</p>	11.11.2 Média de recursos aplicados em educação corporativa por servidor



	do acesso à PE-multidigital								
2.9	4034 – Adequação e melhoria das instalações físicas do Tribunal de Contas	3.499.000,00	641.097,87	18,32%					
2.11	4411 - Gestão administrativa das ações do tribunal de contas	65.085.000,00	47.497.694,26	72,98%					
2.12	4618 - devolução de recursos de convênios	3.000,00	0,00	0,00%					
	TOTAL	370.069.000,00	340.796.393,46	92,09%					

Notas:

- (A) O nome dos programas, ações e subação conforme a Lei Orçamentária Anual.
- (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
- (C) Total da despesa liquidada por programa e ações.
- (D) Percentual alcançado (C/B).
- (E) Produto em relação à meta física estipulada.
- (F) Resultado físico previsto.
- (G) Resultado físico alcançado.
- (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
- (I) Indicador previsto para medição do programa.